



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 28 de novembro de 2023

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Últimos		Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	126.035	21/novembro 4,898	R\$ 1.320	R\$ 5,368	12,15%	11,92%	Junho/2023 -0,8
0,16% Nova York	125.731	22/novembro 4,902					Julho/2023 0,12
	22/11 23/11 24/11 27/11	23/novembro 4,907					Agosto/2023 0,23
		24/novembro 4,898					Setembro/2023 0,26
							Outubro/2023 0,24

TRIBUTOS

Arrecadação federal cresce em outubro

Montante de R\$ 215,6 bilhões foi recorde para o mês. Receita acumulada no ano, porém, continua menor que a de 2022

» ROSANA HESSEL

O recolhimento de tributos do governo federal, em outubro, somou R\$ 215,6 bilhões, volume recorde para o período desde o início da série histórica da Receita Federal, iniciada em 1995. Conforme os dados do Fisco, o recolhimento aumentou 0,10% em relação ao mesmo mês de 2022, em termos reais (descontada a inflação). Na comparação com setembro último, a alta chegou a 23,39%.

“A arrecadação de outubro veio bastante positiva em todos os tributos, inclusive no Imposto de Renda, que reduziu um pouco a diferença negativa do mês anterior. Creditamos isso à recuperação do ritmo da atividade econômica nesse finalzinho do ano. Há uma expectativa de uma recuperação mais acentuada da atividade econômica, não obstante alguns setores apresentarem um desempenho negativo em relação ao ano anterior”, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. Os últimos indicadores econômicos, porém, mostraram um esfriamento da atividade a partir de setembro.

Análise distribuída pela Receita Federal informou que o resultado foi influenciado por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023. Sem considerar os fatores

não recorrentes, de acordo com o Fisco, haveria um crescimento real de 3,22% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 1,03% na arrecadação do mês de outubro.

Apesar do bom desempenho de outubro, no acumulado do ano, a arrecadação continua registrando quedas consecutivas, o que dificultou os planos do governo de reduzir o rombo nas contas públicas, estimado em R\$ 177 bilhões neste ano, segundo a mais recente projeção do Ministério da Fazenda, e de zerar o saldo em 2024. A receita somou R\$ 1,91 trilhão nos 10 primeiros meses de 2023, valor 0,68% inferior ao registrado de janeiro a outubro do ano passado. Desde julho, foi o quarto dado negativo nessa base de comparação.

Royalties

De acordo com relatório enviado a clientes pela Warren Ren, a performance negativa das receitas no acumulado do ano se explica, especialmente, por conta das receitas não administradas do Fisco, que caíram 19,69%, em grande parte, devido ao tombo de 29,61% na arrecadação de royalties em função de um desempenho abaixo do esperado das commodities. “A queda não foi compensada pelo aumento de 0,65% na arrecadação administrada”, destacou o economista-chefe da instituição, Felipe Salto. Para o ano, a previsão da entidade é de uma arrecadação de R\$ 2,34 trilhões.

Na avaliação de Salto, o

José Cruz/Agência Brasil



Para Claudemir Malaquias, desempenho positivo do mês se deve à recuperação da atividade econômica

desempenho mensal da arrecadação foi explicado principalmente pelas receitas administradas pela Receita Federal, que cresceram 0,71% ante outubro de 2022, com destaque para a receita previdenciária, que subiu 3,28%. Outros elementos que conduziram ao resultado positivo foram o crescimento de 26,11% do Imposto de Renda Retido na Fonte

(IRRF) sobre Rendimentos de Capital; de 5,88% do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); de 8,56% da Cofins; e de 6,87% do PIS/Pasep.

“Melhores números da atividade econômica, com criação de empregos formais e maior volume de vendas no comércio, com aumento de 2,9%, contribuíram para maior arrecadação

previdenciária e de PIS/Cofins. Para estes últimos tributos também foi positiva a mudança na taxa sobre combustíveis. Já o avanço do IRRF-Rendimentos de Capital foi explicado principalmente pelas rubricas Juros sobre Capital Próprio e Aplicações de Renda Fixa (PF e PJ)”, acrescentou o relatório de Felipe Salto.

ICMS: onda de aumentos

» RAFAELA GONÇALVES

Os estados perderam R\$ 109 bilhões de receita, em um ano, com a limitação entre 17% e 18% das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, promovida em junho de 2022 pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. As informações são de nota técnica divulgada, ontem, pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Com o teto, alguns estados, a partir de abril deste ano, começaram a elevar as alíquotas sobre os demais produtos para um patamar entre 19% e 21%. Mas o movimento não parou por aí.

Na semana passada, seis estados do Sul e do Sudeste anunciaram que aumentarão o ICMS para ampliar a base de distribuição do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado pela reforma tributária. É que a participação de cada estado nas receitas do IBS serão determinadas conforme a arrecadação de ICMS no período de 2024 a 2028.

Isso significa que, na prática, quanto maior for a arrecadação do estado nesse período, maiores serão os recursos destinados a ele nos anos subsequentes. Segundo Marcio Miranda Maia, sócio do escritório Maia & Anjos Advogados, isso deve inflar a guerra fiscal entre os estados e acarretar aumento de preços para o consumidor.



RAUL VELLOSO

SEGUNDO O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (AEPS), EM 2021, O PASSIVO ATUARIAL OU A DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS ERA A SEGUNDA MAIOR DOS ESTADOS BRASILEIROS, MONTANDO 23,9% DO SUBTOTAL ESTADUAL INCLUSIVE DF, QUE CORRESPONDIA A R\$ 3,1 TRILHÕES, SÓ PERDENDO PARA SÃO PAULO, COM 24,2%

Minas no olho do furacão

Conforme escrevi para *O Dia*, do Rio de Janeiro, há duas semanas, surpreendeu-me o convite que Lula da Silva fez a jornalistas para um café da manhã há cerca de um mês, visando, basicamente, a passar com precisão a mensagem de que, se fosse pressionado a cortar investimentos em infraestrutura no ano que vem, desistiria de tentar cumprir a promessa que o ministro Haddad, ausente à reunião, fizera de zerar o déficit primário da União em 2024, no contexto do chamado Arcabouço Fiscal. Ou seja, Lula disse com precisão que o governo usaria parte do dinheiro que se pretende poupar (algo que ocorre exatamente quando se tem um saldo primário positivo) para promover um aumento no gasto em infraestrutura.

Para alguns, pareceu combinação prévia de Lula com Haddad, pois, sagaz como costuma ser, Lula pode bem

ter-lhe dado a missão de acalmar à parte os mercados financeiros, enquanto defenderia abertamente uma posição favorável a maiores gastos, algo que muitos não estranhariam que partisse dele, especialmente quando se verifica que nos dois mandatos e meio que Lula assumira antes, o gasto havia crescido, em média, 6% ao ano acima da inflação, algo que circula abertamente na Faria Lima.

A verdade é que, em que pesem certos problemas que podem ser criados, Lula bem sabe que, para a economia crescer mais, é preciso investir mais. Só que o problema que temos por aqui é bem mais complicado do que essa simples frase pode implicar, ou seja, existe algo a ser combatido, que precisa ser bem explicado e, depois, tomadas as devidas providências. Nesse sentido, lá “atrás das cortinas” está a explosão dos déficits previdenciários que mui-

to poucos reconhecem, algo que, ao longo dos anos, muito se deve a problemas de inadequada gestão, mas, em parte, simplesmente se explica por razões demográficas, ou porque as mulheres estão tendo menos filhos (e daí a ocorrência de menores contribuições — ou seja, receitas) e porque as pessoas estão vivendo mais (e, assim, recebendo benefícios por muito mais tempo — ou seja, despesas).

Deve-se ter clareza de que tais déficits gigantescos têm de ser devidamente enfrentados pelos entes públicos, que, por trás de tudo, se veem diante da difícil missão de escolher como vão dividir um bolo limitado de receitas entre: (1) a cobertura desses déficits em si, enquanto ações específicas para combatê-los não surtirem efeito; (2) os investimentos em infraestrutura — fundamentais para o crescimento da economia e das receitas, e também (3)

para pagar parte do serviço da dívida e manter seu controle, conforme tanto pressionam os mercados financeiros e, na mesma toada, as autoridades fazendárias.

Como parte desse mesmo *imbroglio*, surgiu, nas últimas semanas, uma intensa discussão na mídia envolvendo a difícil situação financeira do Estado de Minas Gerais, que levou, há algum tempo, à suspensão da amortização de sua dívida junto à União, sua grande credora, cujo resgate, ainda que parcial, estaria, segundo mineiros combativos, sendo cobrado injustamente pelas autoridades econômicas de Brasília. Isso vem sendo apregoado por destacadas lideranças políticas locais como o governador e o presidente da Assembleia Legislativa, ultimamente liderados em Brasília pelo próprio presidente do Senado e um ministro de Lula, ambos também mineiros.

Nesse ponto, faz sentido demonstrar numericamente quão desconcomunal é o peso do problema previdenciário no setor público brasileiro, e, em particular o de Minas Gerais, embora não se assista a uma menção sequer a esse problema nos inúmeros vídeos inseridos no YouTube por agências de notícias mineiras nas últimas semanas. Nesse contexto, foi chocante constatar que, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), em 2021, o passivo atuarial ou a dívida previdenciária de Minas era a segunda maior dos estados brasileiros, montando 23,9% do subtotal estadual inclusive DF, que correspondia a R\$ 3,1 trilhões, só perdendo para São Paulo, com 24,2% do total. É nesses dois estados que se concentra o problema previdenciário público brasileiro, somando praticamente metade do passivo atuarial total.

Em contraste, o estoque

da Dívida Pública Consolidada Líquida Total (DPCLT) dos estados brasileiros era de R\$ 772 bilhões em 2021, bem abaixo do passivo atuarial total de R\$ 3,1 trilhões acima citado. Tal tipo de desconpasso não ocorre no caso da União, onde a DPCLT era de R\$ 4,8 trilhões no mesmo ano, e o déficit atuarial apenas dos regimes próprios era de R\$ 1,3 trilhão.

Nessas condições, é hora de as autoridades que acompanham e disciplinam esse assunto reverem profundamente o enfoque que vem sendo adotado nas avaliações das situações financeiras dos vários entes que compõem a Federação brasileira, trazendo à tona o gigantesco problema previdenciário que assola o país, e olharem com atenção o passo-a-passo de casos importantes e bem sucedidos, como o da Prefeitura de São Paulo, e outros em andamento que prometem bastante, como o do estado do Piauí.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)